

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**  
**SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

PROCESSO Nº 19.034/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2024.

ASSUNTO: ANÁLISE DE RECURSO - Itens 1 e 2.

RECORRENTE: MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

**I. DO RELATÓRIO**

A Empresa MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 65.295.172/0001-85, manifestou tempestivamente a intenção de interpor recurso contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 04.674.092/0001-46, no Pregão Eletrônico nº 90023/2024.

**II - DAS RAZÕES**

A empresa MÉTODO apresentou tempestivamente as razões ao recurso, relatadas em síntese a seguir:

*"O Edital exige, no item 4.3.6.3 do Termo de Referência, a comprovação de que as instalações do datacenter, onde os serviços serão processados, atendam à diversas características relacionadas à segurança e infraestrutura:*

*4.3.6.3. A licitante deverá apresentar comprovação de que suas instalações, onde os serviços serão processados e as informações armazenadas possuem certificação TIER 3 (Rated-3) no Padrão TIA-942; OU, certificação Tier III do sistema Tier Standards do Instituto Uptime; OU, Declaração de que seu Datacenter possua características similares às certificações anteriores, contendo, no mínimo: i) Redundância física e lógica do datacenter, ii) Disponibilidade mínima mensal acima de 99,5%, iii) Banco de baterias com Grupo Motor Gerador (GMG) para os casos de falta de alimentação AC, iv) Climatização redundante.*

*Em atendimento a este item, a Recorrida apresentou declaração de atendimento, permitido pelo Edital, tendo este ponto sido objeto de diligência promovida pelo TRT 24ª Região.*

*Entretanto, o relatório da diligência deixa claro o não atendimento à exigência quanto à obrigatoriedade de redundância física e lógica do datacenter!!*

*Consta do relatório somente a informação quanto a "Backup em nuvem e em datacenter na modalidade Colocation", o que, em nenhuma hipótese, pode ser entendido como redundância física e lógica do datacenter.*

*Fica claro que a Recorrida possui somente um datacenter, localizado no endereço informado no relatório.*

*A redundância física claramente não está atendida.*

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**  
**SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

*Quanto à redundância lógica, evidente que o procedimento de backup em algum lugar não garante esta redundância, pois em caso de parada do site principal, de que adianta ter backup?*

As razões do recurso da empresa MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA encontram-se disponíveis no sistema eletrônico de compras do governo federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**III - DAS CONTRARRAZÕES**

A empresa NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA apresentou tempestivamente as contrarrazões ao recurso, relatadas em síntese a seguir:

*(...)*

*No tempo devido apresentou suas razões recursais, sob o argumento de que a Recorrida não teria "ATENDENDO AOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS RELATIVOS AO DATACENTER". A Recorrente alega que a NETWARE não atende às exigências técnicas do edital, em especial no que se refere à redundância física e lógica do datacenter.*

*(...)*

*"CONCESSA VENIA", a tese recursal parece mais uma colcha de retalhos mal cosida, eis que parte de premissas falsas e confusas, visando unicamente criar dúvidas onde estas não existem, com o intuito de revogar um pregão plenamente válido, apenas como vingança por não ter se saído vencedora.*

*No particular confira-se pertinente lição de Jair Eduardo Santana, "In verbi":*

*"O motivo ou a motivação aludida na lei somente pode ser aquela que se revista de conteúdo jurídico. O simples descontentamento não gera motivo legal. É comum - e compreensível, aliás - que o licitante vencido na disputa se mostre irrequieto com a oferta de seu concorrente. Mas isso, por si só, não é bastante para se constituir no falado motivo iridioso. Por isso é que o recurso meramente protelatório ou procrastinatório deve ser, de pronto, rechaçado pela Administração Pública".*

*(...)*

*A vistoria comprovou que nossa infraestrutura atende integralmente às exigências do edital, incluindo a redundância operacional necessária para garantir a continuidade e segurança dos serviços.*

As contrarrazões da empresa NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. encontram-se disponíveis no sistema eletrônico de compras do governo federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**IV - DA ANÁLISE**

**1 - DA ADMISSIBILIDADE**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**  
**SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

A manifestação de interpor recurso no Pregão Eletrônico deve ocorrer de forma imediata, em campo próprio do sistema, após o Pregoeiro declarar a aceitação da proposta ou habilitar a empresa detentora do menor preço. Conforme registrado no Termo de Julgamento (Ata de Realização do Pregão) a empresa recorrente manifestou-se pela apresentação de recurso em tempo oportuno

Dessa forma, eis que presentes os pressupostos legais de admissibilidade recursal e de tempestividade, de acordo com o art. 165, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

**2 - DO MÉRITO**

Atendidos os pressupostos de admissibilidade de interposição de recurso, quais sejam legitimidade, possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir, tempestividade e inconformismo da empresa insurgente, este Pregoeiro tomou conhecimento, para à luz dos preceitos legais e das normas previstas no Edital analisar os fundamentos expendidos pela recorrente.

Importante ressaltar que o processo em questão foi devidamente remetido ao parecer jurídico deste Tribunal, que apreciou e aprovou o Edital composto pelos Estudos Técnicos Preliminares, Termo de Referência e Contrato, em atendimento ao art. 53 da Lei 14.133/2021.

Assim, passa-se a discorrer acerca dos apontamentos levantados pela recorrente.

De antemão, informa-se que as razões do recurso foram encaminhadas para análise e parecer da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), área técnica responsável pela elaboração das exigências constantes do Termo de Referência, cuja manifestação segue abaixo:

*Senhor Pregoeiro,*  
*Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, contra a decisão que declarou vencedora a proposta apresentada pela empresa NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.*

*Analisamos a seguir as razões apresentadas:*

**1. DO NÃO ATENDIMENTO AO SUBITEM 4.3.6.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

*O item 4.3.6.3 do TR assim dispõe:*

*4.3.6.3. A licitante deverá apresentar comprovação de que suas instalações, onde os serviços serão processados e as informações armazenadas possuem certificação TIER 3 (Rated-3) no Padrão TIA-942; OU, certificação Tier III do sistema Tier Standards do Instituto Uptime; OU, Declaração de que seu Datacenter possua características similares às certificações anteriores, contendo, no mínimo: i) Redundância física e lógica do datacenter, ii) Disponibilidade mínima mensal acima de 99,5%, iii) Banco de baterias com*

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**  
**SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

*Grupo Motor Gerador (GMG) para os casos de falta de alimentação AC, iv) Climatização redundante.*

*Alega a recorrente:*

*Em atendimento a este item, a Recorrida apresentou declaração de atendimento, permitido pelo Edital, tendo este ponto sido objeto de diligência promovida pelo TRT 24ª Região.*

*Entretanto, o relatório da diligência deixa claro o não atendimento à exigência quanto à obrigatoriedade de redundância física e lógica do datacenter!! Consta do relatório somente a informação quanto a “Backup em nuvem e em datacenter na modalidade Colocation”, o que, em nenhuma hipótese, pode ser entendido como redundância física e lógica do datacenter.*

*Fica claro que a Recorrida possui somente um datacenter, localizado no endereço informado no relatório.*

*A redundância física claramente não está atendida.*

*Quanto à redundância lógica, evidente que o procedimento de backup em algum lugar não garante esta redundância, pois em caso de parada do site principal, de que adianta ter backup?*

*Na Ata de Diligência apresentada pelos integrantes técnicos da Equipe de Apoio à Contratação, explicitamente consta que “no local foram verificadas as instalações do Datacenter da empresa, e constatado que atendem às exigências do Edital, Termo de Referência e seus anexos.*

*Foi constatado no local que os equipamentos, softwares e links de rede envolvidos na solução tinham redundância física, lógica, climática e energética.*

*As demais verificações apontadas foram realizadas extrapolando as exigências do referido subitem 4.3.6.3, a convite da própria empresa.*

*Foi constatado ainda que o Datacenter na modalidade “colocation” pode ser colocado em produção em menos de 1 minuto, em caso de falha generalizada da solução no datacenter principal, fato demonstrado no local.*

*Conclusão: Diante do exposto, entendemos que não assiste razão à empresa recorrente quanto às razões apresentadas.*

*Respeitosamente,*

*Gleison Amaral dos Santos  
Chefe do Setor de Apoio a Contratações de TIC*

*Alexandre Rosa Camy  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações*

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**  
**SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Adentrando o teor do recurso, alega a empresa recorrente, em síntese, que não houve atendimento à exigência quanto à obrigatoriedade de redundância física e lógica do datacenter, prevista no item 4.3.6.3 do Termo de Referência (TR).

Quanto à redundância, importante destacar que este Tribunal realizou, por meio de diligência, visita técnica às dependências da empresa NETWARE com o objetivo de verificar a conformidade das instalações.

Em relação a visita, a equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações comprovou o atendimento à exigência da obrigatoriedade de redundância física e lógica do Datacenter prevista no TR, conforme consta da Ata de Realização de Diligência.

Em sendo assim, a vistoria realizada nas instalações da empresa recorrida verificou que a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços objeto do presente certame atende de forma integral às exigências do edital.

A partir desse sumário, resta a recorrente entender que o rigor excessivo relacionado às interpretações que se distanciam aos princípios licitatórios, principalmente admitir julgamentos que comprometem o seu caráter competitivo e ainda um apego gramatical aos dispositivos informadores do edital, é um dos problemas mais correntes nos processos licitatórios.

Nessa senda, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, editora Dialética, São Paulo, 2009, p. 75, Marçal Justen Filho, comenta sobre a problemática do formalismo e da instrumentalidade das formas:

*"A expressão legislativa sintetiza todas essas considerações quando estabelece que a licitação destina-se a selecionar a "proposta mais vantajosa" para a Administração. Significa que o critério para a decisão de cada fase deve ser a vantagem da Administração. Isso acarreta a irrelevância do puro e simples formalismo do procedimento. Não se cumpre a lei através do mero ritualismo dos atos. O formalismo do procedimento licitatório encontra conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa. Assim, a série formal de atos se estrutura e se orienta pelo fim objetivado. Ademais, será nulo o procedimento licitatório quando qualquer fase não for concretamente orientada para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. (...) Os diplomas legais podem ser mais ou menos formalistas. Isso não autoriza o formalismo do intérprete. Não pode transformar-se em autômato, pretendendo localizar a mais rigorosa compatibilidade entre o mundo dos fatos e o texto escrito de uma lei. A lei não é elaborada para bastar-se a si mesma, tal como se os fins do Direito fossem menos relevantes do que as palavras do legislador. Como ensinou Engisch, "não só a lei pode ser mais inteligente do que seu autor, como também o intérprete pode ser mais inteligente do que a lei." Portanto, aplicar a Lei nº 8.666 não consiste numa mera atividade mecânica, derivada da simples intelecção do sentido das palavras. É necessário compreender os*

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**  
**SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

*valores veiculados através do diploma, verificar os fins a serem atingidos e escolher a solução mais compatível com todos os princípios jurídicos consagrados pelo Direito Brasileiro.”*

A interpretação dos termos do edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

Assim não se pode perder de vista a finalidade última do procedimento licitatório que visa primordialmente a obtenção da proposta mais vantajosa para a execução do objeto licitado, que não pode restar comprometida em consequência do excesso de formalismo.

Ainda é preciso que se visualize o procedimento licitatório não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para se concretizar o direito material, prestigiando-se o interesse público.

Por fim, a Corte de Contas já se manifestou acerca da possibilidade de serem priorizados outros princípios que eventualmente se contraponham ao rigorismo formal. Trata-se do Acórdão a seguir elencado:

*A observância das normas e das disposições do edital [...] deve ser aplicada mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles os da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa. (...)*  
*TCU - ACÓRDÃO 357/2015 - PLENÁRIO.*

Ante todo o exposto, tem-se que restam comprovadas as exigências editalícias, sem óbices, em interpretação deste Pregoeiro, para regular habilitação da empresa NETWARE no certame.

**V - DA DECISÃO**

Diante dos fatos apresentados e da análise realizada, o Pregoeiro no uso de suas atribuições prescritas na Lei nº 14.133/2021, conclui pela admissão do recurso apresentado pela empresa MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 65.295.172/0001-85 e, no mérito, pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, pelas razões constantes do parecer da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC) deste Tribunal, mantendo a habilitação da empresa NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 04.674.092/0001-46, vencedora dos itens 1 e 2 do Pregão em comento.

Em observância ao que dispõe o §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, submete-se a presente decisão à autoridade superior.

Campo Grande - MS, 25 de março de 2025.

**Carlos Alberto Barlera Coutinho**  
**Pregoeiro**